

Licenciatura Intercultural Indígena: metodologias e práticas diferenciadas

Eliete de Jesus Bararuá Solano (UEPA/LALLI)¹
 Maria Ivanete de Santana Félix (UNAMA/LALLI)²

Resumo: Esta discussão parte das experiências vivenciadas pelas práticas interculturais na licenciatura intercultural indígena. Considera a contextualização das propostas educacionais nos currículos das escolas indígenas no Brasil, a fim de apontar na transdisciplinaridade e na interculturalidade modos e relações envolvidos na produção de conhecimento no ensino indígena. A orientação metodológica de Pimentel da Silva (2008), Meliá (2000) indica o percurso de construção das atividades e composições curriculares propostas pela licenciatura intercultural.

Palavras-chave: licenciatura intercultural indígena; transdisciplinaridade; interculturalidade.

Introdução

A trajetória da educação dos povos indígenas no Brasil, nos últimos 500anos, tem mostrado não apenas a existência de modos e práticas próprios e particulares do sistema indígena de educação, mas também a sua forma diferenciada, eficaz e criativa na dinâmica do contato com os “outros povos” (brancos, negros, franceses, paraguaio etc.), reafirmando sua história de resistência permanência e/ou mudanças culturais.

Nas últimas décadas, os povos indígenas têm reivindicado por uma educação **feita** pelos índios, e não mais **para** os índios. Tais populações não admitem mais que o processo educacional siga um modelo transplantado de outro povo, com outras vivências e visões de mundo, que desconsidera/desconsiderava a realidade cultural dos povos indígenas, seus conhecimentos de mundos, ensinamentos e cosmovisões.

Segundo Cavalcante (2003:15):

“(…) os programas de escolarização nas áreas indígenas foram fundados segundo a idéia de que é necessário “fazer a educação do índio”. Hoje, a escola entra em cena como uma necessidade pós-contato, assumida pelos índios, mesmo com todos os riscos, incertezas, dificuldades e resultados contraditórios ocorridos ao longo da história”.

1 Doutora em Linguística (UNB) e pesquisadora associada ao Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas (LALLI/UNB). Professora do Curso de Letras e do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade do Estado do Pará-UEPA; e-mail: elietesolano@yahoo.com.br

2 Mestre em Linguística (UFPA) e pesquisadora associada ao Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas (LALLI/UNB). Professora do Curso de Letras da Universidade da Amazônia-UNAMA; e-mail: misfelix@uol.com.br

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, n.9.394, de 1996, definiu-se como dever do Estado com a colaboração do Ministério da Cultura e órgão federal indigenista a oferta de uma educação escolar **bilíngue e intercultural**, com o objetivo de fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna dos povos e comunidades indígenas, bem como lhes assegurar o acesso aos conhecimentos técnico-científicos da sociedade não-indígena. Vale ressaltar que as Diretrizes curriculares nacionais de Educação escolar indígena, aprovadas, em 14/09/1999 por meio do parecer 14/99 da Câmara Básica do Conselho Nacional de Educação, vieram institucionalizar as diretrizes que criam a categoria de escola indígena, a definição de competência para a oferta de educação escolar indígena, a formação do professor indígena, o currículo da escola indígena.

Essas questões estão normatizadas na Resolução n.03/CEB-CNE, de 1999, Art. 1º, que estabelece

“no âmbito da educação básica, a estrutura e funcionamento das Escolas Indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídicos próprios, e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngüe, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica”

Um pré-requisito para que se assegure o cumprimento desta Resolução é a formação e a habilitação dos professores indígenas, inclusive no Ensino Superior. Dentre as várias motivações que fizeram com os povos indígenas buscassem a Licenciatura Intercultural, ressalva-se como geral o fato de os professores indígenas necessitarem ter continuidade de seus estudos, com a finalidade de assumir – integralmente- a realização do processo educacional em suas escolas e garantir a oferta de níveis mais avançados de ensino nas próprias aldeias.

As Licenciaturas Interculturais - implantadas a partir de 2001 e que tiveram como universidade pioneira a Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) – foram pensadas e elaboradas, de forma coletiva (por meio de debates, fóruns, seminários, reuniões com as diversas etnias envolvidas) a partir da experiência com cursos de formação de professores indígenas em nível de magistério, em diversos Estados brasileiros, e com projetos alternativos de revitalização de línguas e culturas indígenas.

Para Pimentel da Silva (2008:01), coordenadora do Curso de Licenciatura Intercultural da Universidade de Goiás, a Licenciatura Intercultural

“permite aos indígenas desenvolverem propostas educacionais que valorizem suas línguas, suas práticas culturais e seus lugares de pertencimento étnico, ao mesmo tempo em que lhes abrem as portas para novas formas de inserção na sociedade não-indígena brasileira com ênfase em uma cidadania que respeite e integre as diferenças, o outro.

O termo “intercultural” é pensado, inicialmente, como referência ao fato de duas ou mais culturas estarem se relacionado de alguma forma; o que é simplista demais para a dimensão epistemológica do termo. Esse pensamento superficial desencadeará outros que pensarão que o caráter intercultural existe quando se tem o trabalho de professores não-índios e indígenas trabalhando lado a lado em sala de aula ou quando o prédio da escola contém características arquitetônicas indígenas e ocidentais, ao mesmo tempo. (cf. PAULA, 1999).

A educação intercultural está muito além desses pensamentos equivocados. Ela inclui a idéia do intercâmbio entre ciência e saberes locais, da interdependência entre teoria e prática sócio-culturais, da interaprendizagem, da negociação entre pessoas de culturas diferentes, baseada no princípio fundamental do diálogo e do respeito.

É lícito lembrar que a exigência da interculturalidade nos currículos das escolas indígenas não é apenas uma preocupação do Brasil, mas outros países da América Latina já expressam em seus documentos tal preocupação como a proposta da Direção Nacional de Educação Bilíngue do Equador (DINEIB).

Talvez o melhor entendimento sobre o que seja interculturalidade, em termos práticos, seja dado quando se observa **as metodologias e práticas diferenciadas** que são/serão usadas no processo de ensino aprendizagem, tanto no que se refere ao professor não índio e seu discente índio (no caso das licenciaturas interculturais), quanto ao professor índio e seus discentes também índios (educação de ensino médio nas aldeias).

Para a reflexão sobre metodologias e práticas no ensino da licenciatura intercultural indígena, discutiremos, primeiramente, o processo ensino-aprendizagem do professor não índio e o discente indígena. A observação da experiência de licenciaturas interculturais já desenvolvidas ou vias de desenvolvimento na sociedade brasileira mostram que:

- os professores (não-índios) que irão atuar nas licenciaturas devem, por meio de fóruns, seminários, especializações etc., *apropriarem-se de conhecimentos antropológicos, linguísticos, econômicos, políticos, sociológicos, filosóficos, culturais... das etnias indígenas com as quais irão relacionar-se nas licenciaturas.* Essa preparação é necessária, quando se observa que, em grande parte, os eixos temáticos são pautados na **diversidade e na sustentabilidade**, das sociedades indígenas (eixos: realidade sócio-ambiental, escola indígena e seus sujeitos, as múltiplas linguagens (UFMG); identidade, autonomia, alteridade).

Como orientar/discutir projetos de ensino, pesquisa e extensão para as etnias envolvidas no processo de licenciatura, desconhecendo os contextos culturais, linguísticos, políticos, econômicos, os PPP das escolas, as políticas linguísticas e os relacionamentos cotidianos dessas sociedades com a não-indígena?

-É preciso conhecer (e respeitar) o mundo biossocial, cultural, imaginário do discente-índio para que se possa dialogar pelas diferentes formas de conhecimentos científicos. Por exemplo: na maioria das sociedades indígenas, os saberes não são compartimentados, por áreas como matemática, história, saúde, natureza, artefatos... não são aprendidos por partes isoladas...mais são inter-relacionados, dentro de uma visão de mundo.

Isso fica nítido na fala do índio Apinajé – Júlio Kamer aluno do Curso de Licenciatura Intercultural de Goiás – em seu trabalho sobre matriz curricular

“professora, não entendi bem como elaborar uma matriz curricular de base transdisciplinar, mas compreendi que transdisciplinaridade é uma pedagogia bem próxima da que **nossos velhos usam quando estão ensinando os jovens**. Eles nunca ensinam uma coisa só, uma palavra só, pois nada está só no mundo. Eles sempre nos ensinam toda nossa sabedoria por meio de nossa língua. Ensinam também por meio de nossa língua a sabedoria dos outros (Pimentel da Silva, 2010:13).

-Torna-se necessário que o professores não-índios centrem seus métodos e práticas de ensino aprendizagem nos princípios pedagógicos, das licenciaturas, que geralmente são: **transdisciplinaridade e interculturalidade**. Desse modo, os professores não-índios organizarão as diferentes áreas do conhecimento científico de forma a relacionar uma com a outra, sem separar, por exemplo, português de matemática, língua de história, literatura de arte, ou seja, nessa concepção a transdisciplinaridade e a interculturalidade acontecerão normalmente. Essa prática produzira também uma não separação entre o conhecimento produzido pelos indígenas daqueles considerados universais, a pesquisa dos processos de ensino. Como sabemos, na prática, nosso conhecimento é interligado (cf. Pimentel da Silva e Rocha, 2008).

Afirmam Pimentel da Silva e Rocha (2008:04) que “*Só há transdisciplinaridade se somos capazes de partilhar o nosso pequeno domínio do saber, se temos a coragem necessária para abandonar o conforto da nossa linguagem técnica e para nos aventurarmos num domínio que é de todos e de que ninguém é proprietário exclusivo*”.

Verifica-se que o trabalho docente nas licenciaturas interculturais indígenas requer uma mudança de postura teórico-prática, uma reavaliação do ato de ensino, como ensinar, de que forma ensinar, para quem ensinar e por que razão ensinar, motivadas a partir do contato com uma determinada realidade indígena. É com espírito de reavaliação, mudança, adequação e criatividade, que os professores não-índios discutirão com seus discentes-índios sobre as infinitas questões teórico-metodológicas que se mostrarem relevantes durante a realização do curso.

No que concerne aos **discentes-índios**, professores nas suas aldeias, as metodologias e práticas diferenciadas sempre foram motivos de grandes reflexões na trajetória da educação indígena. Sabe-se que, no início do processo educacional nas áreas indígenas, não se consideravam aspectos de interculturalidade, o modelo implantado pelo governo tinha como

intenção a assimilação dos índios à “comunhão nacional”, conseqüentemente a escola deveria ser um dos instrumentos dessa integração, e essa perspectiva estaria, inevitavelmente, presente nos currículos, dos modelos aplicados nas escolas da sociedade majoritária (cf. Paula, 1999:77).

O depoimento de Gersem dos Santos Luciano, professor Baniwa (AM) demonstra o quanto às populações indígenas sofreram com as escolas “dos brancos” e o quanto a luta por uma educação diferenciada veio contribuir para a valorização de uma educação indígena organizada com base nos interesses e necessidades das comunidades indígenas, visando ao exercício indígena da autonomia.

A escola foi o principal instrumento de destruição cultural dos povos, mas também pode ser o principal instrumento de reconstrução e afirmação de uma nova era. [...] O caminho da educação escolar indígena é a nossa grande esperança de conquista definitiva dos nossos direitos e da nossa terra.³

Superadas as imposições de uma educação como um padrão único e universal, mesmo que decorrente de “misturas culturais”, as licenciaturas interculturais buscam assessorar os professores indígenas na construção de uma proposta educacional, com base em pesquisas linguísticas, antropológicas, sociológicas e culturais, que reconheçam e respeitem as diferenças existentes entre as populações brasileiras.

Tais diferenças também se mostram presentes nas práticas docentes dos professores índios quando enfatizam, em suas escolas e nos curso de licenciatura, a necessidade de material didático próprio e, mais do que isso, o que já se apresenta para eles como um desafio, a necessidade, cada vez mais, de um currículo diferenciado, de caráter político e social.

Para os professores indígenas, as escolas para serem realmente indígenas, devem ensinar elementos das próprias culturas e mais os conhecimentos da sociedade envolvida. Isso demonstra a luta pela construção da identidade da educação indígena.

As licenciaturas interculturais pretendem dar possibilidades ao discente-índio de se tornar não ser apenas um especialista, mas um profissional capaz de assessorar sua comunidade, de forma a lidar com os conhecimentos específicos de forma plural. Relevante torna-se o fato de o professor ter condições de colocar, efetivamente, a escola a serviço de sua comunidade, contribuindo com o desenvolvimento dos projetos de melhoria de vida.

Para finalizar nossa discussão sobre as licenciaturas interculturais indígenas, pensemos que: a realidade cultural e a diversidade linguística que caracterizam o Brasil indígena e não indígena propõem o desenvolvimento de atitudes diferentes, que passam não apenas pelo reconhecimento do outro, mas também pela aceitação e pelo respeito à diferença com o intuito

³ O depoimento consta no *Informativo da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)*, São Gabriel da Cachoeira, AM, 1996.

de se superar os conflitos permanentes que surgem com base nos contatos de interação e convivência de grupos linguísticos e culturalmente distintos.

Infelizmente, embora a reflexão sobre metodologias e práticas diferenciadas seja importante para uma licenciatura intercultural que objetive atender aos anseios específicos das populações indígenas, concordo com Freire e Shor (1996) quando afirmam que

(...) a transformação não é só uma questão de métodos e técnicas. Se a educação libertadora fosse somente uma questão de métodos, então o problema seria mudar algumas metodologias tradicionais por outras mais modernas. Mas não é esse o problema. *A questão é o estabelecimento de uma relação diferente com o conhecimento e com a sociedade*”.

Ou seja, já não se pode continuar a pensar que a educação indígena é problemática; ou dito de outra forma, que há um problema na educação indígena, mas que, de acordo com Meliá (2000), o que há é uma solução indígena ao problema da educação. É por isso que ele afirma que “a educação indígena não é a mão estendida à espera de uma esmola. É a mão cheia que oferece às nossas sociedades uma alteridade e uma diferença, que nós já perdemos. (p. 16)”.

Essa afirmação nos mostra o quanto a sociedade acadêmica ainda tem que refletir, discutir, compartilhar, repensar sobre as licenciaturas interculturais indígenas no Brasil.

Bibliografia:

- ABREU, J. Capistrano de. Os Bacaerys. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, v.3, p. 209-228; v. 4, p. 43-50, p. 234-243, 1895.
- ALKMIN, Tânia: “*Sociolinguística. Parte 1*”, in Mussalín, F. & Bentes, A. C. (orgs.), *Introdução à Linguística : domínios e fronteiras*, São Paulo, Cortez, 2001.
- BAGNO, Marcos. *Português Brasileiro?: um convite à pesquisa*. 6ª edição. São Paulo-SP: Parábola, 2001.
- _____. *Preconceito Linguístico*. São Paulo: Loyola, 2007.
- BORGMAN, D. Sanuma. In: *Handbook of Amazonian Languages*, eds. D.C.Derbyshire & G.K. Pullum. Berlin, Mouton de Gruyter, Vol.2:17-248. 1990.
- BOSWOOD, J. Quer falar a língua dos Canoeiros? Brasília, Summer Institute of Linguistics. 108 p. 1978.
- CAMACHO, Roberto G. “*Sociolinguística. Parte 2*”, in Mussalín, F. & Bentes, A. C. (orgs.), *Introdução à Linguística : domínios e fronteiras*, São Paulo, Cortez, 2001.
- LAPA, Manoel Rodrigues. *Estilística da Língua Portuguesa – 4ª edição*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CAVALCANTE, Lucíola I. P. *Formação de professores na perspectiva do Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia*. *Revista Brasileira de Educação*. Jan/Fev/Mar/Abr 2003 N° 22.
- COSTA DE SOUZA, I. *Etno-Matemática Arára — Indício de um sistema binário*. Brasília, ALEM-SIL, 10 p. 1995.
- FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. *Medo e ousadia: O cotidiano do professor*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GREEN, D. O sistema numérico da língua palikúr, *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi-CNPq*. Belém, Vol. 10(2):261-303. 1994.

- GRIFFITHS, G. Numerals and demonstratives in Kadiwéu, *Arquivos de Anatomia e Antropologia*. Instituto de Antropologia Professor Souza Marques, Vol.1:63-77, 1975.
- ILV. Terminología matemática y la enseñanza de conocimientos básicos entre los grupos étnicos de la Amazonía Peruana, *Lenguaje Y Ciencias*, Trujillo-Peru. Vol. 19(3): 85-103. (Tradução na língua portuguesa no Departamento de Educação da SIL, Brasília.), 1979.
- KAKUMASU, J. & KAKUMASU, K. comp. Dicionário Por Tópicos Urubú-Kaapor - Português. Brasília, Summer Institute of Linguistics. 348 p. 1988.
- KARAJÁ, I., FORTUNE, D. & FORTUNE, G. Pré-Matemática para Falantes da Língua Karajá. Como Transmitimos o Conhecimento Cultural às Nossas Crianças: Como as Crianças Aprendem a Contar e a Calcular. 2ª ed. Brasília, Summer Institute of Linguistics. 111 p., 1989.
- O LINGÜISTA E A ORTOGRAFIA INDÍGENA: O CASO DA LÍNGUA BAKAIRI MELIÁ, Bartomeu, (2000). Educação indígena na escola: educação indígena e interculturalidade. *Cadernos Cedex*, nº 49, p. 11-17.
- MOORE, Denny; GABAS JÚNIOR, Nilson. O futuro das línguas indígenas brasileiras. In: *Amazônia 500 anos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. (No prelo)
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de. O que quer a lingüística e o que se quer da lingüística - a delicada questão da assessoria lingüística no movimento indígena. *Cadernos CEDES*, 49. Campinas, v. 19, n. 49, p. 26-38, dez., 1999.
- PAULA, Eunice Dias de, (2000). A interculturalidade no cotidiano de uma escola indígena. *Cadernos Cedex*, nº 49, p. 76-91.
- PIMENTEL DA SILVA, M.S e ROCHA, LM. Educação bilíngüe intercultural entre os povos indígenas brasileiros, 2008.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. 6ª reimpressão. Campinas, SP : Mercado de Letras : Associação de Leitura do Brasil, 2000.
- RODRIGUES, A.D. 1942. O artigo definido e os numerais na língua Kirirí. *Arquivos Do Museu Paranaense*. Curitiba, Empresa Gráfica Paranaense, Vol. 2 Artigo 10 p. 179-212
- RODRIGUES, A.D. 1986. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo, Loyola, 134 p.
- SANTOS, André. Et al. *Kurâ wâgâ agueim*. Cuiabá: Gráfica Defanti, 2002.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O Português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- STEINEN, Karl von den. *Durch Central-Brasilien: Expedition zur Erforschung des Schingú im Jahre 1884*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1886.
- _____. *Die Bakairí-Sprache*. Leipzig: K. F. Koehler's Antiquarium, 1892.
- WEIR, E.M.H. 1984. *A Negação e Outros Tópicos da Gramática Nadëb*, Campinas, dissertação para grau de mestre. 346 p.
- WILLIAMS, J. 1932. *Grammar Notes and Vocabulary of the Language of the Makuchi Indians, S. Gabriel-Modling near Vienna, Austria*, *International Review Anthropol.* 418 p.

Abstract: This discussion of the experiences with intercultural practices on indigenous intercultural degree. Considers the proposals in the context of educational curricula of Indian schools in Brazil, in order to point at and transdisciplinary modes and relations involved in the production of indigenous knowledge in intercultural education. The methodological orientation Pimentel da Silva (2008), Melia (2000) indicates the route of construction activities and curriculum proposals for intercultural compositions degree.

Keywords: indigenous intercultural degree; transdisciplinarity; interculturalism.